



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

14
in 018

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 159955-3/02

EMBARGANTE: RINALDO ANTONIO DA SILVA

EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

4768

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. INCONFORMISMO COM O MÉRITO DA DECISÃO EMBARGADA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 535 DO CPC.

- Des.*
- O Acórdão ora vergastado não se encontra eivado de nenhum dos vícios ensejadores da interposição de Embargos de Declaração, posto que, em relação à omissão argüida pelo embargante, inexistente obrigação para que o magistrado analise todas as alegações das partes, quando apenas uma ou algumas delas já tem força suficiente para formar o seu convencimento.
 - Na verdade, o que o embargante pretende é a rediscussão da matéria meritória já decidida no teor da decisão embargada, o que é vedado em sede de Embargos de Declaração.
 - Embargos Declaratórios rejeitados. À unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 159955-3/02, em que é embargante RINALDO ANTONIO DA SILVA e embargado o ESTADO DE PERNAMBUCO, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

019

15/11

Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, mantendo incólume o Acórdão embargado, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 20 de Maio de 2008.

JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

- Des. Presidente -



16_n

020

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 159955-3/02

EMBARGANTE: RINALDO ANTONIO DA SILVA

EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Rinaldo Antonio da Silva ingressou com os presentes Embargos Declaratórios em face de Acórdão proferido pela Sétima Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, nos autos do Recurso de Agravo nº 159955-3/01.

Argumenta o Embargante, em suas razões recursal, que há omissão quanto: o despacho da autoridade proferido no pleito revisional; a aplicação do Princípio da Prevalência da Norma Mais Favorável ao Cidadão; bem como a condenação "ultra petita" da apelação.

É o relatório.

Recife, 30 de Julho de 2008


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

- Relator -



17 ~

021

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 159955-3/02

EMBARGANTE: RINALDO ANTONIO DA SILVA

EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Os presentes Aclaratórios foram intentados por Rinaldo Antonio da Silva com o escopo de que seja sanada suposta omissão de que se encontraria eivado o *Decisum*, visto que o mesmo teria deixado de se manifestar quanto: o despacho da autoridade proferido no pleito revisional; a aplicação do Princípio da Prevalência da Norma Mais Favorável ao Cidadão; bem como a condenação "*ultra petita*" da apelação.

O Acórdão, objeto do presente Recurso Integrativo, e que julgou o Recurso de Agravo, não se encontra eivado de nenhum dos vícios ensejadores da interposição de Embargos, posto que a alegada omissão trata-se, na verdade, de um inconformismo com o teor da decisão ora embargada.

Ademais, o magistrado não é obrigado a analisar todas as alegações das partes, quando apenas uma ou algumas delas já tem força suficiente para formar o seu convencimento.

Nesses casos, em que o Embargante pretende rediscutir a matéria objeto do recurso, o que é vedado em sede de Aclaratórios, cujo objeto restringe-se àquele estabelecido nos incisos I e II do art. 535 do Estatuto dos Ritos, não merecem os Embargos prosperarem.

Assinatura



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

022

Corroborando tal entendimento, bastante elucidativo as decisões abaixo colacionadas:

"Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC).

2. Omissis

3. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl no REsp 775241 / SP ; EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL 2005/0139167-7; Rel Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; Órgão Julgador; PRIMEIRA TURMA; Data do Julgamento 25/10/2005; Data da Publicação/Fonte DJ 14.11.2005 p. 228).

"EMENTA: Corte Especial Processual Civil - Embargos Declaratórios em mandado de segurança. Alegação de o acórdão não concessivo do pleito ter deixado de apreciar vários argumentos da impetrante, inclusive os referentes à observância do contraditório. Preliminar de incompetência deste Tribunal, relativamente à matéria do mandamus, rejeitada. Mérito: Falta de serventia dos argumentos opostos para integrar a decisão embargada, sabido que o



19
~

023

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

referido recurso objetiva mais a integração do que a substituição do julgado. Inexistência, por outro lado, de obrigação de resposta a todas as alegações das partes, quando o julgador já tenha encontrado motivo suficiente para fundar o decisum. Inocorrência de omissão. Embargos rejeitados." (Grifos Acrescidos)

(Embargos de Declaração: 60454-6/01; Relator: Napoleão Tavares. Órgão Julgador: Corte Especial. Publicação: Nº DJ: 228 Data da Publicação: 29/11/2002)

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pela **rejeição** dos presentes Aclaratórios, para manter incólume o Acórdão prolatado no Recurso de Agravo nº 159955-3/01.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife,

30 de Julho de 2008

JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator -